



# ORIGEM

## Origem Energia Alagoas S.A.

CNPJ.: 34.186.669/0001-31

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023			31/12/2024	31/12/2023		
<b>Ativo</b>						<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	3	85.323	191.979	85.323	191.979	Fornecedores	15	137.737	166.202	137.737	166.202
Caixa restrito	-	6.299	5.294	6.299	5.294	Obrigações trabalhistas	16	37.490	32.779	37.490	32.779
Contas a receber com terceiros	4	212.063	148.161	212.063	148.161	Imposto de renda e contribuição social	17	-	9.323	-	9.323
Contas a receber com partes relacionadas	22	644	3.162	641	3.162	Outros tributos a recolher	17	27.337	21.404	27.337	21.404
Instrumentos financeiros derivativos	5	13.650	17.154	13.650	17.154	Dividendos e JCP a pagar	21	170.836	147.838	170.836	147.838
Estoques	6	128.106	112.044	128.106	112.044	Adiantamento de clientes	-	1.184	2.507	1.184	2.507
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	7.744	26.093	7.744	26.093	Contas a pagar com partes relacionadas	22	5.059	3.477	5.060	3.477
Outros tributos a recuperar	7	164.443	51.234	164.443	51.234	Debêntures	18	220.422	247.387	220.422	247.387
Despesas antecipadas	-	1.933	3.244	1.933	3.244	Empréstimos	19	360	-	360	-
Adiantamentos	8	5.254	21.883	5.254	21.883	Instrumentos financeiros derivativos	5	20.821	35.900	20.821	35.900
Cauções de depósitos vinculados	9	22.977	-	22.977	-	Passivo de arrendamento	14	25.993	32.105	25.993	32.105
		<b>648.436</b>	<b>580.248</b>	<b>648.433</b>	<b>580.248</b>			<b>647.239</b>	<b>698.822</b>	<b>647.240</b>	<b>698.822</b>
<b>Não circulante</b>						<b>Não circulante</b>					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	44.868	24.576	44.868	24.576	Provisão de abandono	20	68.454	60.624	68.454	60.624
Adiantamentos	8	30.669	38.542	30.669	38.542	Debêntures	18	482.189	586.348	482.189	586.348
		<b>75.537</b>	<b>63.118</b>	<b>75.537</b>	<b>63.118</b>	Empréstimos	19	155.346	-	155.346	-
Imobilizado	12	2.759.463	2.228.891	2.759.463	2.228.891	Passivo de arrendamentos	14	5.487	23.676	5.487	23.676
Direito de uso	14	27.748	51.083	27.748	51.083	Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	123.945	64.448	123.945	64.448
Intangível	13	220.785	224.474	220.785	224.474	Provisão para perda em investimentos	11	4	-	125	-
		<b>3.083.533</b>	<b>2.567.566</b>	<b>3.083.533</b>	<b>2.567.566</b>	Provisão para contingências	-	-	-	-	125
<b>Total do ativo</b>		<b>3.731.969</b>	<b>3.147.814</b>	<b>3.731.966</b>	<b>3.147.814</b>			<b>835.550</b>	<b>735.096</b>	<b>835.546</b>	<b>735.096</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração do Resultado para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida	23	1.477.825	1.578.153	1.477.825	1.578.153
Custos dos produtos vendidos	24	(896.726)	(971.082)	(896.726)	(971.082)
<b>Resultado bruto</b>		<b>581.099</b>	<b>607.071</b>	<b>581.099</b>	<b>607.071</b>
Despesas gerais e administrativas	25	(151.719)	(129.105)	(151.723)	(129.105)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(4)	-	-	-
Outras receitas e despesas	-	2.446	1.127	2.446	1.127
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>431.822</b>	<b>479.093</b>	<b>431.822</b>	<b>479.093</b>
Receitas financeiras	26	104.126	219.574	104.126	219.574
Despesas financeiras	26	(402.384)	(267.775)	(402.384)	(267.775)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(298.258)</b>	<b>(48.201)</b>	<b>(298.258)</b>	<b>(48.201)</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>133.564</b>	<b>430.892</b>	<b>133.564</b>	<b>430.892</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	10	2.474	(10.027)	2.474	(10.027)
Impostos de renda e contribuição social diferido	10	(39.206)	(28.218)	(39.206)	(28.218)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>96.832</b>	<b>392.647</b>	<b>96.832</b>	<b>392.647</b>
Atribuído aos controladores		96.832	392.647	96.832	392.647
<b>Lucro líquido básico e diluído por ação</b>		<b>0,07</b>	<b>0,34</b>	<b>0,07</b>	<b>0,34</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração do Resultado Abrangente para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício		96.832	392.647	96.832	392.647
<b>Total dos resultados abrangentes do exercício</b>		<b>96.832</b>	<b>392.647</b>	<b>96.832</b>	<b>392.647</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para investimentos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2022	996.444	16.948	50.126	200.004	-	1.263.522
Aumento de capital	150.980	-	-	-	-	150.980
Lucro líquido do exercício (Nota 20.3)	-	-	-	-	392.647	392.647
Constituição da reserva de lucros (Nota 20.4)	-	19.633	73.855	205.906	(299.394)	-
Dividendo mínimo obrigatório (Nota 20.4)	-	-	-	-	(33.253)	(33.253)
Juros sobre o capital próprio atribuídos ao mínimo obrigatório (Nota 20.4)	-	-	-	-	(60.000)	(60.000)
31 de dezembro de 2023	1.147.424	36.581	123.981	405.910	-	1.713.896
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	2.188	(2.188)	-	-
Aumento de capital (Nota 20.1)	461.450	-	-	-	-	461.450
Lucro líquido do exercício (Nota 20.3)	-	-	-	-	96.832	96.832
Constituição da reserva de lucros (Nota 21.4)	-	4.842	-	68.992	(73.834)	-
Dividendo mínimo obrigatório (Nota 21.4)	-	-	-	-	(22.998)	(22.998)
31 de dezembro de 2024	1.608.874	41.423	126.169	472.714	-	2.249.180

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		96.832	392.647	96.832	392.647
Equivalência Patrimonial		4	-	-	-
Depreciações e amortizações		115.730	81.326	115.730	81.326
Imposto de renda e contribuição social		36.731	38.245	36.731	38.245
Provisão de bônus		26.810	18.541	26.810	14.641
Outras provisões trabalhistas		4.151	8.900	4.151	8.900
Resultado com derivativos		23.118	45.811	23.118	45.811
Atualização da provisão de abandono		7.830	5.049	7.830	5.049
Juros de arrendamento		5.717	7.832	5.717	7.832
Encargos sobre debêntures		233.599	411	233.599	411
Encargos sobre empréstimos		38.485	-	38.485	-
Alienação de concessões		293	-	293	-
<b>Varição de ativos e passivos</b>		<b>(63.902)</b>	<b>(14.818)</b>	<b>(63.902)</b>	<b>(14.818)</b>
Contas a pagar de clientes		4.100	(22.873)	4.104	(22.873)
Partes relacionadas		(33.932)	(36.128)	(33.932)	(36.128)
Derivativos de hedge		24.502	(44.407)	24.502	(44.407)
Caixa restrito		(1.005)	(2.319)	(1.005)	(2.319)
Caução de depósitos vinculados		(22.977)	-	(22.977)	-
Tributos a recuperar		(94.860)	15.797	(94.860)	15.797
Despesas antecipadas		1.311	(1.289)	1.311	(1.289)
Estoques		(16.062)	(34.267)	(16.062)	(34.267)
Fornecedores		53.702	(9.686)	53.702	(9.686)
Pagamento de impostos de renda e contribuição social correntes		(6.849)	(65.403)	(6.849)	(65.403)
Outros tributos a recolher		5.933	(13.829)	5.933	(13.829)
Adiantamentos de clientes		-	2.507	-	2.507
Pagamento de bônus		(26.250)	(15.956)	(26.250)	(15.956)
Outros ativos e passivos circulantes		211	(3)	211	(3)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>413.222</b>	<b>352.188</b>	<b>413.222</b>	<b>352.188</b>
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Derivativos de swap de aplicações		(888)	(3.929)	(888)	(3.929)
Aquisição de imobilizado		(688.079)	(568.079)	(688.292)	(568.079)
Aquisição de intangível		(7.142)	(3.890)	(7.142)	(3.890)
Venda do direito de concessão		1.214	1,214	-	-
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>		<b>(695.108)</b>	<b>(575.898)</b>	<b>(695.108)</b>	<b>(575.898)</b>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aumento de capital		461.450	149.950	461.450	149.950
Debêntures captadas		-	246.580	-	246.580
Custos e prêmio na emissão de debêntures		-	(3.607)	-	(3.607)
Amortização do principal das debêntures		(279.081)	(112.192)	(279.081)	(112.192)
Liquidação de juros sobre as debêntures		(76.368)	(85.238)	(76.368)	(85.238)
Amortização de variação cambial e swap sobre debêntures		(9.274)	22.375	(9.274)	22.375
Empréstimos captados		121.562	-	121.562	-
Custo na captação de empréstimos		(1.325)	-	(1.325)	-
Liquidação de juros sobre empréstimos		(3.888)	-	(3.888)	-
Amortização de swap sobre empréstimos		872	-	872	-
Passivo de arrendamento		(38.718)	(35.128)	(38.718)	(35.128)
<b>Caixa gerado nas atividades de financiamento</b>		<b>175.230</b>	<b>182.740</b>	<b>175.230</b>	<b>182.740</b>
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(106.656)</b>	<b>(40.970)</b>	<b>(106.656)</b>	<b>(40.970)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		191.979	232.949	191.979	232.949
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		85.323	191.979	85.323	191.979

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração do Valor Adicionado Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração direta		119.429	80.096	119.429	80.096
Benefícios		48.308	43.535	48.308	43.535
FGTS		7.068	5.742	7.068	5.742
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		<b>373.949</b>	<b>389.336</b>	<b>373.951</b>	<b>389.336</b>
Federais		181.455	207.253	181.457	207.253
Estaduais		191.682	182.000	191.682	182.000
Municipais		812	83	812	83
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		<b>467.411</b>	<b>267.775</b>	<b>467.412</b>	<b>267.775</b>
Despesas financeiras		402.384	267.775	402.384	267.775
Aluguéis		8.860	-	8.860	-
Outros		56.167	-	56.168	-
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		<b>96.832</b>	<b>392.647</b>	<b>96.832</b>	<b>392.647</b>
Juros sobre capital próprio		60.000	60.000	60.000	60.000
Dividendos		22.998	33.253	22.998	33.253
Lucros retidos		73.834	299.394	73.834	299.394

continuação

Origem Energia Alagoas S.A. | CNPJ.: 34.186.669/0001-31

permissão pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 para aplicação a entidades que não sejam instituições financeiras, com base em dados históricos obtidos pela Companhia. Nenhuma perda de crédito esperada foi reconhecida no exercício, a Administração considera que o risco de inadimplência dos seus créditos é baixo, uma vez que, a Companhia fornece insumo para clientes que não tem histórico de inadimplência. 2.8. **Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido, dos dois, o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: • **Matérias-primas - custo de aquisição:** segundo o custo médio; e • **Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra, e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.** O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. 2.9. **Imposto de renda e contribuição social corrente e incentivos fiscais:** Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor recuperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que a Companhia opera e gera lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. a) **Incentivo fiscal - SUDENE:** A aplicação do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE, exclusivo para as companhias da região Nordeste. O incentivo fiscal SUDENE, prevê o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração. Em atendimento as leis 11.638/07 e 11.941/09 e CPC 07 - Subvenção e assistência governamentais, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei ("data de transição") é contabilizado no resultado do exercício para posterior destinação à reserva de lucros de incentivos fiscais a que se refere o art. 195A da Lei no. 6406/76, conforme orientação da Lei nº 11.941/09. O saldo deste incentivo somente pode ser utilizado para aumento de capital social. 2.10. **Imposto de renda e contribuição social diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os valores usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias de ativos não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas controladas individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. 2.11. **Imobilizado:** a) **Reconhecimento e mensuração:** O imobilizado é registrado pelo seu custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Os gastos com exploração, reabilitação e desenvolvimento da produção são contabilizados utilizando o método dos esforços bem-sucedidos (*successful efforts method of accounting*). Os gastos incorridos antes da obtenção das concessões e gastos com estudos e pesquisas geológicas e geo-físicas são lançados ao resultado quando incorridos. Os gastos incorridos na fase exploratória, associados diretamente aos poços são capitalizados como ativos de exploração até que sua perfuração esteja completa e a avaliação da descoberta finalizada. Quando as avaliações das descobertas das reservas de óleo e gás são positivas, o custo é mantido no imobilizado até a conclusão do processo de declaração de comercialidade. Se a avaliação da descoberta não é encontrada, o custo do ativo exploratório é baixado ao resultado. A Companhia reconhece como parte do ativo imobilizado, a contrapartida dos gastos estimados para remoção e recuperação ambiental do futuro abandono das áreas, registrados em sua provisão passiva de abandono (**Nota 2.16**). Sua depreciação ocorre em conjunto com os demais ativos de óleo e gás. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o receptor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e o método de depreciação são revisados a no menos anualmente, ao final do exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso. c) **Depreciação:** Os gastos de exploração e desenvolvimento da produção são depreciados, a partir da declaração de comercialidade e início da produção, pelo método de unidades produzidas (UOP - Units of Production). Nesse método a taxa de depreciação mensal é obtida dividindo-se a produção mensal pelo saldo total estimado das reservas (provada desenvolvida) no início do mês. Para vida útil dos demais itens do ativo imobilizado é considerada a depreciação pelo método linear, pelo prazo dos contratos de arrendamento para as beneficiárias em bens de terceiros, e conforme apresentado abaixo para os demais bens:

	Anos	Taxa anual média de depreciação (%)
Instalações	10	10
Máquinas e equipamentos	5	20
Móveis e utensílios	10	10
Veículos	5	20
Ferramentas	10	10
Equipamentos de informática	5	20

2.12. **Intangível:** Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável (*impairment*), nos termos do que determina o Pronunciamento Técnico CPC 04. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com *ágio* gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os ativos intangíveis correlatos à aquisição das concessões de exploração e produção de petróleo e gás são amortizados pelo método das unidades produzidas, com base na razão entre a produção de óleo e gás de cada campo no exercício e suas respectivas reservas provadas desenvolvidas. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. 2.13. **Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*):** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados dos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos, que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são reunidos ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo. Estes ativos são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa). Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer *ágio* alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida apenas na medida em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização, se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida. 2.14. **Arrendamentos:** A Companhia avalia todos os contratos que podem ser enquadrar nos princípios de identificação do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) / IFRS 16 e desconsidera arrendamentos de curto prazo, menores ou iguais a 12 meses, além de arrendamentos de valores não significativos, sendo os pagamentos de arrendamento associados a esses contratos reconhecidos como despesa do período ao longo do prazo do contrato. O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, descontados utilizando a taxa incremental sobre empréstimo da Companhia na data da adoção inicial. O passivo é ajustado, na competência do registro do contrato, para refletir o efeito dos juros incorridos com base na taxa incremental de empréstimo. A liquidação do passivo ocorre conforme o fluxo de pagamentos realizados para o arrendador. O ativo de direito de uso é reconhecido com base no valor do passivo de arrendamento, ajustado por qualquer pagamento de arrendamento antecipado ou acumulado referente a esse arrendamento reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da adoção inicial. A despesa de amortização do direito de uso é registrada como parte do custo do produto vendido, despesa administrativa, comercial e como outras despesas operacionais, conforme as características do uso do ativo arrendado, e a despesa de juros pela atualização ao valor presente do passivo de arrendamento é registrada no resultado financeiro. 2.15. **Fornecedores:** Os fornecedores estão classificados na categoria de instrumentos financeiros ao custo amortizado e estão reconhecidos pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, das variações monetárias e encargos contratuais incorridos até as datas dos balanços, cuja apropriação das despesas e receitas são reconhecidas no resultado do período. 2.16. **Provisão de abandono:** A Companhia tem obrigações legais de remoção de equipamentos e restauração de áreas ao final do prazo de produção das reservas com base nas estimativas de volumes de reserva e curvas de produção estimadas. As estimativas de custos de futuras remoções e recuperações ambientais são realizadas com base nas informações atuais sobre custos e planos de recuperação esperados. Essas obrigações são reconhecidas a valor presente, utilizando-se uma taxa de desconto livre de risco, ajustada pela taxa de prêmio do país. Em função dos longos períodos até a data de abandono, variações na taxa de desconto, por menor que sejam, podem ocasionar grandes variações no valor reconhecido. Os cálculos das referidas estimativas são complexos e envolvem julgamentos significativos, uma vez que: (i) as obrigações ocorrerão no longo prazo; (ii) que os contratos e regulamentações possuem descrições subjetivas das práticas de remoção e restauração e dos critérios a serem atendidos quando do momento da remoção e restauração efetivas; e (iii) que as tecnolo-

gias e custos de remoção de ativos sofrem alterações constantemente, juntamente com as regulamentações ambientais e de segurança. A natureza dos gastos inclui mobilização e desmobilização de sondas, serviços de taponação e abandono, restauração, reparo do ambiente, reflorestamento e outros serviços. A Companhia está constantemente conduzindo estudos para incorporar tecnologias e procedimentos de modo a otimizar as operações de abandono, considerando as melhores práticas da indústria. Contudo, os prazos e os valores dos fluxos de caixa futuros estão sujeitos a incertezas significativas. 2.17. **Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. As mensurações subsequentes dos ativos e passivos financeiros são realizadas respeitando as especificações do CPC 48 - Instrumentos Financeiros (**Nota 26**). a) **Derivativos:** A Companhia utiliza-se instrumentos financeiros derivativos para proteger parte de sua produção de petróleo contra sua exposição ao risco de oscilação de preços de mercado. Além disso, a Companhia utiliza contratos de swap para gestão de seu endividamento e caixa, buscando previsibilidade frente aos efeitos cambiais que impactam tanto o componente de preço das commodities em suas receitas e recebíveis quanto suas obrigações financeiras. A Companhia não adota a prática de *hedge accounting*. (**Nota 26**). Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação, sendo mensurados subsequentemente também ao valor justo, e são apresentados como ativos financeiros quando o ajuste a valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o ajuste a valor for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente no resultado do exercício. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos especulativos. 2.18. **Empréstimos e Debêntures:** Os empréstimos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, acrescidos do prêmio e líquidos dos custos incorridos na emissão e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, com base na taxa efetiva de juros, com efeitos no resultado financeiro. 2.19. **Recita líquida:** Reconhecimento da recita conforme o Pronunciamento Técnico CPC 47 - Recita de contrato com cliente que estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma recita é reconhecida e por quanto a recita é mensurada. A recita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. As receitas da Companhia são oriundas de vendas de óleo e gás. A recita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida se: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia; (iii) os custos associados e a possível devolução de produtos puderem ser estimados de maneira confiável; e (iv) não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos; e (v) o valor da recita possa ser mensurado de forma confiável. A recita é mensurada líquida de devoluções e descontos comerciais, quando aplicável. A Companhia reconhece suas receitas quando (ou à medida que) satisfaz sua obrigação de desempenho, transferindo o bem ou serviço prometido ao cliente. Apresentamos abaixo os principais produtos comercializados pela Companhia e responsáveis pela recita reconhecida: a) **Gás natural processado:** O gás natural é extraído no Polo Alagoas e é processado, direto e indiretamente, para entrega até os clientes finais por um gasoduto de uma empresa terceirizada. A Companhia reconhece a recita de venda de gás natural ao longo do tempo à medida que recebe as medições do sistema diário gerido pela Transportadora Associada de Gás S.A. ("TAG") e realiza o faturamento. b) **Petróleo:** O petróleo é extraído no Polo Alagoas e posteriormente armazenado em terminal porto viário (TAMAC) onde é retirado pelo cliente. A Companhia reconhece a recita de venda de petróleo quando o cliente realiza a coleta no terminal, e o controle do ativo passa a ser do cliente. c) **Gás liquefeito de propano (GLP):** O gás liquefeito de propano é processado na UPGN do polo Alagoas e posteriormente é retirado pelo cliente nas dependências da Origem Alagoas através de empresas terceirizadas. A Origem Alagoas reconhece a recita de venda do GLP quando o cliente realiza a coleta nas instalações da Origem Alagoas, e o controle do ativo passa a ser do cliente. d) **Condensado de C5+:** O condensado de C5+ tem origem no processamento do gás natural na UPGN do Polo Alagoas. Durante esse processo, os líquidos do gás natural (NGLs) são separados, incluindo frações mais leves, como etano, propano e butano, além do condensado de C5+, que contém hidrocarbonetos mais pesados, predominantemente pentanos (C5) e frações superiores. Esse produto é armazenado e disponível para retirada pelo cliente nas instalações da Origem Alagoas. A Origem Alagoas reconhece a recita de venda do condensado de C5+ no momento em que o cliente realiza a coleta, assumindo, assim, o controle do ativo. 2.20. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores informados de ativos, passivos, receitas, despesas e notas explicativas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são realizadas quando há mudanças nas circunstâncias e as estimativas e em quaisquer outros fatores que afetam a circulação de ações ordinárias. O cálculo do lucro diluído por ação é baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias na média ponderada de ações ordinárias em circulação após os ajustes para os potenciais ações ordinárias diluídas. A Companhia avaliou a divulgação do lucro por ação e não identificou efeito dilutivo nas suas transações e operações. Nesse sentido, o lucro diluído por ação é equivalente ao lucro básico por ação. 2.22. **Demonstrações dos fluxos de caixa ("DFC"):** Demonstrações dos fluxos de caixa permitem que as entidades divulguem fluxo de caixa oriundo de atividades operacionais utilizando o método direto ou o método indireto, conforme Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2). A Companhia apresenta o fluxo de caixa utilizando o método indireto, método que tem sido mais utilizado pelas empresas brasileiras. A Companhia conciliou o lucro líquido com o fluxo de caixa líquido oriundo de atividades operacionais. A DFC permite que os juros pagos sejam demonstrados como atividades operacionais ou financeiras e que os juros recebidos sejam demonstrados como atividades operacionais ou de investimento, quando considerado pertinente pela entidade. A Companhia classifica os juros pagos como atividades de financiamento, uma vez que estes representam os esforços para obtenção de seus recursos financeiros. Os efeitos dos instrumentos financeiros derivativos são apresentados na DFC de acordo com a natureza de sua utilização, ou seja, sua classificação pode ser demonstrada como atividades operacionais, investimentos ou financiamentos, dependendo da natureza do item protegido a que o derivativo esteja associado. 2.23. **Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, desta forma, as demonstrações dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. 2.24. **Informações por segmento:** A Administração da Companhia esclarece que a extração, exploração e produção de petróleo e gás natural é o seu único segmento operacional relevante atualmente, não havendo, por tanto, informação por segmento a ser apresentado. 2.25. **Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas:** As normas e interpretações revisadas, destacadas a seguir, válidas para o exercício de 2024, foram aplicadas pela Companhia, mas não impactaram significativamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativos</b>		
Opções a exercer <sup>(1)</sup>	13.650	17.154
	<b>13.650</b>	<b>17.154</b>
<b>Passivos</b>		
Prêmio de opções a pagar <sup>(1)</sup>	20.821	34.213
Swap de CDBs <sup>(2)</sup>	-	1.587
	<b>20.821</b>	<b>35.800</b>

<sup>(1)</sup> Os contratos de opções referem-se a operações com instrumentos financeiros derivativos com intuito de proteção do preço de petróleo, com registro do direito de exercício da opção de preço no ativo, e da obrigação dos prêmios a pagar, financiados pela contraparte ao longo do ano de 2024 e 2025. <sup>(2)</sup> Os contratos de swap referem-se ao swap a receber ou pagar sobre o diferencial de parte de aplicações financeiras com rendimentos vinculados a taxa de CDI e variação cambial do dólar. 6. **Estoques:** Os estoques são compostos por (i) materiais e outros bens mantidos para uso na operação, avaliados a custo médio, e (ii) estoque de petróleo para venda, avaliado a custo, sujeito a ajuste de valor realizável líquido, quando aplicável.

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Controladora e Consolidado</b>		
Materiais de uso e consumo <sup>(1)</sup>	121.363	110.224
Petróleo	6.743	1.820
	<b>128.106</b>	<b>112.044</b>

<sup>(1)</sup> Refere-se ao estoque de materiais e insumos para uso na operação e manutenção. 7. **Tributos a recuperar:** O quadro abaixo apresenta a composição dos tributos a recuperar nas datas especificadas.

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Controladora e Consolidado</b>		
Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ)	4.124	17.699
Contribuição social s/ lucro líquido (CSLL)	3.620	8.394
<b>Imposto de renda e contribuição social a recuperar</b>	<b>7.744</b>	<b>26.093</b>
Imposto s/ circularização de mercadorias e serviços (ICMS)	41.097	29.025
Contribuições sociais (PIS/COFINS/CSLL)	123.346	22.209
<b>Outros tributos a recuperar</b>	<b>164.443</b>	<b>51.234</b>
	<b>172.187</b>	<b>132.327</b>

O valor a recuperar de imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido se referem aos valores de retenção de IRPJ e ao saldo de antecipações de CSLL recolhidas com base nos balancetes de suspensão e redução do ano corrente somados aos valores de saldo negativo referentes ao ano de 2023 que passaram a ser utilizados após a entrega da ECF. Quanto a variação de impostos a recuperar para PIS e COFINS, esclarece que no último trimestre de 2024 realizou-se revisão dos créditos dessas contribuições pela controlada Origem Alagoas, com base no parecer técnico tributário da Infis Consultoria e nos pareceres jurídicos dos escritórios de advocacia Mattos Filho e Vieira Rezende. Essa revisão refere-se à tomada de crédito pelo custo de aquisição de dispêndios registrados em ativo, fundamentando-se principalmente no IN RFB nº 2.121/2022, artigo 176, inciso IV, que considera como insumo os bens ou serviços sujeitos à exaustão, viabilizando, portanto, a tomada de créditos integral no momento da aquisição. O processamento integral das apurações destas contribuições quanto ao movimento da Companhia, resultou no registro do crédito consolidado em 2024, devidamente escriturado nos meses de competência dos dispêndios efetivos. 8. **Adiantamentos:**

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Controladora e Consolidado</b>		
Adiantamento para fornecedores	35.543	60.190
Adiantamento a funcionários	380	380
	<b>35.923</b>	<b>60.425</b>
Total do ativo circulante	5.254	21.883
Total do ativo não circulante	30.669	38.542

O saldo de adiantamentos a fornecedores é majoritariamente decorrente dos projetos de revitalização e intervenções realizadas no Polo Alagoas. 9. **Cauções de depósitos vinculados:** Em novembro de 2024 foi assinado um aditivo ao contrato de transporte de gás natural entre a Origem Alagoas e TAG, para transporte do gás natural produzido no Polo Alagoas através do sistema de gasodutos da controlada. Como garantia do referido contrato, ainda em dezembro de 2024, a Origem Alagoas forneceu inicialmente caução em dinheiro na conta da TAG, no valor de R\$ 22.977, para posterior substituição por seguro garantia, em janeiro de 2025. 10. **Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** 10.1. Composição do ativo diferido de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Controladora e Consolidado</b>		
Provisões encargos trabalhistas	125	-
Provisão de bônus	10.947	13.020
Provisão de fornecedores	19.116	1.932
Provisão de abandono	20.245	10.924
IFRS 16	70.438	29.347
Provisão de royalties	4.022	-
Ajuste a valor justo de hedge	7.171	17.059
<b>Base de cálculo</b>	<b>131.964</b>	<b>72.282</b>
Imposto de renda (IRPJ) diferido ativo	32.991	18.071
Contribuição social (CSLL) diferida ativa	11.877	6.505
	<b>44.868</b>	<b>24.576</b>

O ativo diferido de imposto de renda e contribuição social foi calculado sobre diferenças temporárias relacionadas principalmente aos ajustes da norma contábil IFRS 16, provisão de bônus e a valorações não realizadas relacionadas ao ajuste a valor justo de instrumentos financeiros. Estes conceitos serão compensados quando da realização das referidas diferenças previstas pela Companhia estimada para os exercícios de 2025 a 2028. 10.2. Composição do passivo diferido de imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Controladora e Consolidado</b>		
Depreciação fiscal acelerada - Lei 13.586/2017	361.608	187.413
Amortização debêntures	2.938	1.068
Provisão de royalties	1.071	1.071
<b>Base de cálculo</b>	<b>364.546</b>	<b>189.552</b>
Imposto de renda (IRPJ) diferido passivo	91.136	47.388
Contribuição social (CSLL) diferido passivo	32.809	17.060
	<b>123.945</b>	<b>64.448</b>

Quando ao passivo diferido de imposto de renda e contribuição social, o fator mais relevante é a opção pela depreciação fiscal acelerada prevista na Lei 13.586/2017. A realização desta diferença dar-se-á na forma da Lei observando o mesmo limite do valor contábil do ativo e a reconciliação da depreciação fiscal e contábil. 10.3. Reconciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Controladora e Consolidado</b>		
Lucro antes do IRPJ/CSLL	133.564	430.892
Alíquota nominal	34%	34%
<b>Despesa de IRPJ/CSLL às alíquotas nominais</b>	<b>(45.412)</b>	<b>(146.503)</b>
<b>Adições (exclusões) permanentes:</b>		
Prejuízo fiscal não reconhecido	-	(1)
Equivalência patrimonial	(1)	(357)
Despesas não dedutíveis	(2)	(2)
Benefícios a lei tecnológica (Lei do Bem)	4.954	12.876
Juros sobre o capital próprio (JCP)	-	20.400
SUDENE	-	26.000
Subvenção - LC 160/2017	-	47.879
Incentivos fiscais a lei do esporte, Rouanet e PAT	-	1.090
Outros efeitos	3.729	370
<b>Despesa de IRPJ/CSLL</b>	<b>(36.732)</b>	<b>(36.732)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social correntes</b>	<b>2.474</b>	<b>(10.027)</b>
<b>Imposto de renda e contribuições social diferidos</b>	<b>(39.206)</b>	<b>(28.218)</b>

11. **Investimentos:** Em 17 de maio de 2024, foi aprovado a constituição da sociedade Gen Estocagem de Gás Natural S.A., com subscrição de 100 ações ordinárias, ao valor individual de R\$ 1,00 cada (em Reais), a integralizar, sendo 99 ações subscritas pela Origem Alagoas, representando 99% de participação na investida. A Gen tem como objetivo a participação societária em outras sociedades e entidades. 11.1. Composição patrimonial da investida:

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Controladora e Consolidado</b>		
Caixa e bancos	21.580	14.604
CDBs	9.393	105.410
Compromissadas	-	42.015
Fundo de investimento renda fixa	54.350	29.950
	<b>85.323</b>	<b>191.979</b>

As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa, referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, Operações Compromissadas e Fundos de Investimentos de alta liquidez, com baixo risco de crédito, disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamen-

te conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitos a insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. 4. **Contas a receber com terceiros:** O quadro abaixo apresenta a composição do contas a receber nas datas especificadas.

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Controladora e Consolidado</b>		
Venda de gás natural	134.889	118.524
Venda de óleo	47.533	19.111
Venda de GLP	25.534	10.459
Composto C5	2.284	-
Outros	1.823	67
<b>Contas a receber com terceiros</b>	<b>212.063</b>	<b>148.161</b>
Faturadas	201.582	125.376
Não faturadas	10.481	22.785

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não existem valores vencidos de contas a receber faturadas, sendo o prazo médio de recebimento em até 30 dias. Através da análise de risco de crédito, a Administração não identificou necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. 5. **Instrumentos financeiros derivativos:** O quadro abaixo apresenta a composição dos créditos e obrigações de operações financeiras com instrumentos financeiros derivativos nas datas especificadas.

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Controladora e Consolidado</b>		
Ativos		
Opções a exercer <sup>(1)</sup>	13.650	17.154
	<b>13.650</b>	<b>17.154</b>
Passivos		
Prêmio de opções a pagar <sup>(1)</sup>	20.821	34.213
Swap de CDBs <sup>(2)</sup>	-	1.587
	<b>20.821</b>	<b>35.800</b>

<sup>(1)</sup> Os contratos de opções referem-se a operações com instrumentos financeiros derivativos com intuito de proteção do preço de petróleo, com registro do direito de exercício da opção de preço no ativo, e da obrigação dos prêmios a pagar, financiados pela contraparte ao longo do ano de 2024 e 2025. <sup>(2)</sup> Os contratos de swap referem-se ao swap a receber ou pagar sobre o diferencial de parte de aplicações financeiras com rendimentos vinculados a taxa de CDI e variação cambial do dólar. 6. **Estoques:** Os estoques são compostos por (i) materiais e outros bens mantidos para uso na operação, avaliados a custo médio, e (ii) estoque de petróleo para venda, avaliado a custo, sujeito a ajuste de valor realizável líquido, quando aplicável.

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Controladora e Consolidado</b>		
Materiais de uso e consumo <sup>(1)</sup>	121.363	110.224
Petróleo	6.743	1.820
	<b>128.106</b>	<b>112.044</b>

<sup>(1)</sup> Refere-se ao estoque de

continuação

Origem Energia Alagoas S.A. | CNPJ.: 34.186.669/0001-31

12. Imobilizado: 12.1. Composição de saldo:

	Controladora e Consolidado	
	Depreciação acumulada	Saldo em 31/12/2024
<b>Em Operação</b>		
Polo Alagoas	2.623.961	(147.957)
Instalações	243	(23)
Máquinas e equipamentos	3.842	(3.019)
Móveis e utensílios	147	(48)
Veículos	210	(123)
Ferramentas	4.400	(916)
Equipamentos de informática	11.000	(3.244)
Beneficiárias em bens de terceiros	2.746	(155)
<b>Em Andamento</b>		
Imobilizado em andamento	159.986	-
Materiais a aplicar	108.413	-
<b>Total</b>	<b>2.914.948</b>	<b>(2.759.463)</b>

	Controladora e Consolidado	
	Depreciação acumulada	Saldo em 31/12/2023
<b>Em Operação</b>		
Polo Alagoas	1.982.167	(76.723)
Instalações	243	(22)
Máquinas e equipamentos	84.161	(2.630)
Móveis e utensílios	147	(32)
Veículos	210	(81)
Ferramentas	2.688	(589)
Equipamentos de informática	7.076	(1.178)
<b>Em Andamento</b>		
Imobilizado em andamento	85.228	-
Materiais a aplicar	148.226	-
<b>Total</b>	<b>2.310.146</b>	<b>(81.255)</b>

12.2. Movimentação do saldo:

	Controladora e Consolidado	
	Saldo em 31/12/2023	Adições
<b>Em Operação</b>		
Polo Alagoas <sup>(1)</sup>	1.905.444	333.693
Instalações	221	(1)
Máquinas e equipamentos	81.531	(389)
Móveis e utensílios	115	(16)
Veículos	129	(42)
Ferramentas	2.099	1.712
Equipamentos de informática	5.898	(2.066)
Beneficiárias em bens de terceiros	-	(155)
<b>Em Andamento</b>		
Imobilizado em andamento <sup>(2)</sup>	85.228	171.599
Materiais a aplicar <sup>(3)</sup>	148.226	97.798
<b>Total</b>	<b>2.228.891</b>	<b>604.802</b>

(1) As adições e transferências referem-se principalmente a materiais utilizados para reparação, intervenção nos poços, sonda workover, canhoneio, construção e montagens; (2) As adições referem-se principalmente aos investimentos incorridos nas campanhas exploratórias, além dos custos com mão de obra; (3) As adições referem-se principalmente às aquisições de materiais para aplicação nos Polos. As adições ao imobilizado em andamento no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 referem-se, principalmente, a: i) investimentos relacionados à campanha exploratória dos poços Preá, Preá 2 e Mocó, totalizando R\$ 122.764; e ii) custos de mão de obra capitalizados, somando R\$ 46.665. Além disso, durante o exercício de 2024, foi realizada a transferência no valor de R\$ 88.956 para imobilizado em operação, em razão do sucesso exploratório do poço Preá e Mocó, caracterizando a conclusão da fase exploratória e a transição para a fase de desenvolvimento.

	Controladora e Consolidado	
	Saldo em 31/12/2022	Adições
<b>Em Operação</b>		
Polo Alagoas <sup>(1)</sup>	1.449.599	462.031
Instalações	143	90
Máquinas e equipamentos	1.607	(2.455)
Móveis e utensílios	72	57
Veículos	171	(42)
Ferramentas	2.427	(328)
Equipamentos de informática	2.722	3.855
<b>Em Andamento</b>		
Imobilizado em andamento <sup>(2)</sup>	94.478	73.129
Materiais a aplicar <sup>(3)</sup>	63.447	121.449
<b>Total</b>	<b>1.614.666</b>	<b>660.611</b>

(1) As adições e transferências referem-se principalmente a materiais utilizados para reparação, intervenção nos poços, sonda workover, canhoneio, construção e montagens, além da renmensuração da provisão de abandono, no valor de R\$ 16.495, pela alteração do prazo de concessão do campo de Paru; (2) As adições referem-se principalmente a aquisições de compressores, e custos com mão de obra; (3) As adições referem-se principalmente às aquisições de materiais para aplicação nos Polos. 12.3. Depreciação: Os gastos de exploração e desenvolvimento da produção são depreciados, a partir da declaração de comercialidade e início da produção, pelo método de unidades produzidas (UOP - Units of Production). Nesse método a taxa de depreciação mensal é obtida dividindo-se a produção mensal pelo saldo total estimado das reservas (provada desenvolvida) no início do mês. Para vida útil dos demais itens do ativo imobilizado é considerada a depreciação pelo método linear, durante o prazo dos contratos de arrendamento para as beneficiárias em bens de terceiros, e conforme apresentado abaixo para os demais bens:

Anos	Taxa anual média de depreciação (%)
Instalações	10
Máquinas e equipamentos	5
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Ferramentas	10
Equipamentos de informática	5

12.4. Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment): Para avaliação de impairment foi considerado uma Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), o Polo Alagoas. Em 31 de dezembro de 2024, o valor recuperável de cada UGC foi calculado com base no seu valor em uso. A Companhia calcula o valor presente dos fluxos de caixa futuros que esperam obter com os ativos da UGC, mensurados ao valor presente utilizando uma taxa de desconto nominal de 11,70%, aplicada aos fluxos projetados dos períodos futuros. A taxa de desconto foi estimada com base no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) da Companhia e levando em consideração riscos específicos dos ativos avaliados. Em 31 de dezembro de 2024, a análise do fluxo de caixa descontado da Companhia não identificou qualquer indicio de impairment. Os fluxos de caixa foram projetados em termos nominais sendo posteriormente deflacionados pelo IGPm com aplicação da taxa de desconto em termos reais para cálculo do valor presente. A taxa de desconto utilizada corresponde à taxa antes dos impostos, em consonância com os fluxos de caixa estimados antes dos impostos, ou seja, sem considerar o efeito de recebimentos ou pagamentos de imposto de renda e contribuição social. A receita líquida foi projetada conforme uma expectativa de produção. A projeção é impactada por inflação ao consumidor (CPI), o crescimento dos custos foi projetado com a mesma base utilizada para a projeção de receita, o imposto de renda e a contribuição social foram projetados considerando o regime de lucro real e as alíquotas vigentes na data-base da avaliação, o investimento foi calculado com base na reposição do imobilizado já existente, de acordo com a taxa de depreciação projetada e o capital de giro foi projetado de acordo com o comportamento esperado para os saldos de caixa operacional e contas a receber e a pagar, bem como para os encargos e tributos a pagar. Foram considerados para o teste os saldos dos ativos imobilizados e intangíveis. Os testes realizados não identificaram nenhum indicio de impairment para UGC Polo Alagoas. 13 Intangível: 13.1. Composição do saldo:

	Controladora e Consolidado	
	Saldo em 31/12/2023	Amortização acumulada
Polo Alagoas <sup>(1)</sup>	216.409	227.868
Saira <sup>(2)</sup>	1.207	-
Mosquito <sup>(2)</sup>	301	-
Fazenda Gameleira <sup>(2)</sup>	169	169
Tiziu <sup>(2)</sup>	107	107
Software	6.281	13.652
<b>Total</b>	<b>224.474</b>	<b>241.796</b>

(1) Polo Alagoas inclui o direito de exploração, através da combinação de negócios, no valor de R\$ 227.868; (2) Os campos de Saira e Mosquito foram alienados em dezembro de 2024. 13.2. Movimentação do saldo:

	Controladora e Consolidado	
	Saldo em 31/12/2023	Adições
Polo Alagoas <sup>(1)</sup>	216.409	-
Saira <sup>(2)</sup>	1.207	(1.207)
Mosquito <sup>(2)</sup>	301	(301)
Fazenda Gameleira <sup>(2)</sup>	169	169
Tiziu <sup>(2)</sup>	107	107
Software	6.281	7.142
<b>Total</b>	<b>224.474</b>	<b>7.142</b>

(1) Polo Alagoas incluiu o direito de exploração, através da combinação de negócios, no valor de R\$ 227.868; (2) Os campos de Saira e Mosquito foram

alienados em dezembro de 2024. Os custos de aquisição e gastos exploratórios serão amortizados pelo método das unidades produzidas, considerando a produção do Polo e o volume de reservas provadas desenvolvidas, quando finalizados os processos exploratórios de desenvolvimento. 14. Arrendamentos: 14.1. Composição da natureza dos saldos dos ativos de direito de uso:

	Controladora e Consolidado	
	Saldo em 31/12/2023	Amortização
<b>Ativo de direito de uso</b>		
Embarcações de apoio	9.847	19.285
Equipamentos	49	1.179
Sondas de intervenção	39.919	64.010
Administrativo	1.268	16.680
<b>Total</b>	<b>51.083</b>	<b>101.154</b>

	Controladora e Consolidado	
	Saldo em 31/12/2022	Amortização
<b>Ativo de direito de uso</b>		
Embarcações de apoio	14.772	19.285
Equipamentos	315	560
Sondas de intervenção	41.908	70.019
Administrativo	4.706	7.033
<b>Total</b>	<b>61.701</b>	<b>96.897</b>

Embarcações de apoio referem-se ao contrato de aluguel de embarcação de apoio às operações de mergulho e monitoramento ambiental no poço de Paru, localizado em águas rasas, com prazo de 47 meses, mensurado ao valor presente dos fluxos de pagamentos mínimos contratuais (taxa de prontidão). Equipamentos referem-se aos contratos de aluguel de compressores, para compressão de gás natural, e geradores, com prazo de 24 a 28 meses, mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos fixos contratuais. Sondas de intervenção referem-se aos contratos de aluguel de sondas de produção terrestre, utilizadas nas intervenções dos poços do Alagoas, com prazo de 41 a 45 meses, mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos mínimos contratuais (taxa em stand-by). Administrativo referem-se aos contratos de aluguel de veículos e imóveis com prazo de 24 e 30 meses respectivamente, mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos fixos contratuais. Os contratos reconhecidos no exercício foram descontados a taxa média de 13,78% a.a. (14,58% no exercício de 2023), para mensuração dos respectivos saldos iniciais dos ativos de direitos de uso e passivos de arrendamento. 14.2. Movimentação dos saldos dos ativos de direito de uso e passivo de arrendamento:

	Controladora e Consolidado	
	Ativo	Passivo
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>51.083</b>	<b>55.781</b>
Novas constituições	10.473	10.473
Baixas	(1.631)	(1.773)
Atualização monetária	-	5.717
Pagamentos efetuados	-	(38.718)
Depreciação	(32.177)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>27.748</b>	<b>31.480</b>

14.3. Maturidade dos contratos: Controladora e Consolidado

	Origem Alagoas		PIS/COFINS Potencial	
	2025	2026	2025	2026
2025	28.453	2.632	-	-
2026	3.24	308	-	-
2027	2.367	219	-	-
2028	582	54	-	-
2029	48	4	-	-
<b>Valores não descontados</b>	<b>34.774</b>	<b>3.217</b>	-	-
Juros embutidos	(3.294)	-	-	-
<b>Saldo de passivo de arrendamento</b>	<b>31.480</b>	-	-	-

15. Fornecedores: O quadro abaixo apresenta a composição do contas a pagar com fornecedores nas datas especificadas.

18.3. Descrição das debêntures emitidas:

Debêntures	Espécie	Emissão e vencimento	Valor	Custo e Prêmio	Juros	Swap	Liquidação dos juros	Amortização do principal
OENA11	Garantia real <sup>(1)</sup>	06/04/22	345.207	(8.529)	100% CDI + 2,57% a.a.	100% CDI + 2,57% a.a.	Trimestral a partir de 15/06/22	Trimestral a partir de 15/03/23
OENA21	Garantia real <sup>(1)</sup>	06/04/22	345.206	(8.528)	Δ US\$ + 6,59% a.a.	Δ US\$ + 6,59% a.a.	Trimestral a partir de 15/06/22	Trimestral a partir de 15/03/23
OENA12	Quiro-grafária	17/04/23	125.018	(1.384)	Δ US\$ + 7,95% a.a.	Δ US\$ + 7,95% a.a.	Mensal a partir de 28/05/23	Mensal a partir de 28/04/24

(1) Prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações, máquinas, equipamentos e ativos em estoque, e alienação fiduciária e penhor de outros direitos e concessões da Companhia. Em setembro de 2024, a Companhia realizou o resgate antecipado total das debêntures da 3ª emissão da Origem Alagoas no valor total de R\$ 121.563, sem incidência de qualquer prêmio de resgate, devidamente aprovada em assembleia de debenturistas. Todas as debêntures foram emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautela ou certificados, e não são conversíveis em ações. Para as emissões e séries que não possuem atualização monetária vinculadas a variação da taxa de câmbio do dólar norte-americano, a Companhia celebrou contratos de swap, com finalidade de previsibilidade cambial das obrigações assumidas. Os covenants não financeiros incluem, principalmente, o cumprimento das obrigações não pecuniárias contratualmente assumidas, a não alienação de equipamentos acima do limite estabelecido, manutenção de determinadas condições tais como sua qualificação para operar suas concessões junto a ANP, entre outros. A Origem Alagoas também condiciona a distribuição de proventos a seus acionistas se, cumulativamente, estiver adimplente em todas as condições perante os debenturistas, já tenha realizado o pagamento da 1ª parcela de amortização das debêntures, tiver obtido a renovação de suas concessões até pelo menos o prazo de vencimento das debêntures, tenha caixa suficiente para o pagamento integral dos proventos declarados, estejam mantidos os limites estabelecidos para os índices financeiros e demais covenants financeiros. Todas as obrigações contratualmente assumidas pela Companhia, incluindo seus índices financeiros e condições não financeiras, foram atendidas em 31 de dezembro de 2024. 19. Empréstimos: 19.1. Notas comerciais: Em 30 de agosto de 2024, a Origem Alagoas realizou sua primeira emissão de notas comerciais, no valor de R\$ 121.562, em série única, com vencimento em 11 de março de 2027, sujeita a verificação da liberação das garantias reais dos direitos creditórios emergentes do contrato dos serviços de armazenagem e movimentação de produtos no Terminal de Maceió, e com garantia fidejussória, não atualizada monetariamente, e com juros remuneratórios de 100% do CDI acrescidos de taxa fixa de 2,50% ao ano, com pagamento de juros mensais, a partir de outubro de 2024, e amortização do principal mensal, a partir de abril de 2026 até seu vencimento. Em conjunto e de forma associada a primeira emissão das notas comerciais, a Origem Alagoas celebrou contrato de swap, com finalidade de previsibilidade cambial das obrigações assumidas, com posição ativa de 100% do CDI acrescidos de taxa fixa de 2,5% ao ano, e posição passiva de variação cambial do dólar acrescidos de taxa fixa de 8,23% ao ano com vigência de agosto de 2024 a março de 2027. As notas comerciais da primeira emissão da Origem Alagoas possuem cláusula de vencimento antecipado ("covenants") de natureza não-financeira e de natureza financeira, sendo as financeiras pelo não cumprimento por duas medições consecutivas ou por três medições não consecutivas. Os covenants financeiros incluem manutenção de determinados índices financeiros de performance, referente ao cálculo da Dívida Líquida/EBITDA, sendo (1) menor ou igual a 2,00 até o exercício social encerrado em 2024, (2) menor ou igual a 1,50 até o exercício social encerrado em 2025, (3) menor ou igual até o encerramento em março de 2027; e do ICSD (índice de cobertura do serviço da dívida), equivalente a, no mínimo, (1) 1,20x até o encerramento em março de 2027; calculados semestralmente com base nas demonstrações financeiras auditadas e informações trimestrais revisadas pelos auditores independentes. Os covenants não financeiros incluem o cumprimento das obrigações não pecuniárias contratualmente assumidas, a não alienação de equipamentos acima do limite estabelecido, manutenção de determinadas condições tais como sua qualificação para operar suas concessões junto a ANP, entre outros. A Origem Alagoas também condiciona a distribuição de proventos a seus acionistas se, cumulativamente, estiver adimplente em todas as condições perante os titulares das notas comerciais, tenha caixa suficiente para o pagamento integral dos proventos declarados, estejam mantidos os limites estabelecidos para os índices financeiros e demais covenants financeiros. O custo total incorrido no processo da primeira emissão das notas comerciais escriturais, foi de R\$ 144. a) Composição do saldo das notas comerciais:

	Controladora e Consolidado	
	Saldo em 31/12/2023	Amortização
<b>Ativo de direito de uso</b>		
Embarcações de apoio	14.772	19.285
Equipamentos	315	560
Sondas de intervenção	41.908	70.019
Administrativo	4.706	7.033
<b>Total</b>	<b>61.701</b>	<b>96.897</b>

19.2. Reservas de lucro: a) Reserva legal: De acordo com o disposto pelo estatuto social da Companhia, bem como pelas normas legais vigentes, do lucro líquido do exercício são destinados 5% para constituição da reserva legal, cujo saldo não excederá 20% do capital social, e desse lucro também são deduzidos os prejuízos acumulados antes de qualquer outra participação. b) Reserva para incentivos fiscais: A Companhia utiliza-se da reserva para incentivos fiscais para destinação da parcela do lucro decorrentes de subvenções governamentais, cujo valor poderá ser excluído da base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios, e cuja utilização se restringe a absorção de prejuízos ou aumento do capital social. c) Reserva de investimentos: Com a finalidade de atender as estratégias de expansão e desenvolvimento, além da implementação de projetos em estudo, a Companhia utiliza-se de destinação de parte do lucro líquido para a constituição de reserva de lucros de investimentos. 21.3. Lucro por ação: A Companhia apresenta seu resultado por ação, considerando o seu lucro líquido ou prejuízo do período sobre a média ponderada da quantidade de ações em poder dos acionistas. A Companhia não possui outros instrumentos com potencial dilutivo, sendo, por tanto equivalentes, seu resultado por ação básico e diluído.

	Controladora e Consolidado	
	Saldo em 31/12/2023	Amortização
Polo Alagoas <sup>(1)</sup>	216.409	227.868
Saira <sup>(2)</sup>	1.207	-
Mosquito <sup>(2)</sup>	301	-
Fazenda Gameleira <sup>(2)</sup>	169	169
Tiziu <sup>(2)</sup>	107	107
Software	6.281	13.652
<b>Total</b>	<b>224.474</b>	<b>241.796</b>

	Controladora e Consolidado	
	Saldo em 31/12/2023	Adições
Polo Alagoas <sup>(1)</sup>	216.409	-
Saira <sup>(2)</sup>	1.207	(1.207)
Mosquito <sup>(2)</sup>	301	(301)
Fazenda Gameleira <sup>(2)</sup>	169	169
Tiziu <sup>(2)</sup>	107	107
Software	6.281	7.142
<b>Total</b>	<b>224.474</b>	<b>7.142</b>

(1) Polo Alagoas incluiu o direito de exploração, através da combinação de negócios, no valor de R\$ 227.868; (2) Os campos de Saira e Mosquito foram

	Controladora e Consolidado	
	Saldo em 31/12/2023	Amortização
Operações, manutenções e serviços	68.730	13.899
Compra de óleo e gás	3.814	3.238
Aquisição de imobilizado	32.022	115.512
Custo de transporte de óleo e gás	18.985	13.007
Consultorias	4.933	2.465
Gerais e administrativas	7.799	12.426
Outros	1.454	5.655
<b>Total</b>	<b>137.937</b>	<b>166.202</b>

16. Obrigações trabalhistas: O quadro abaixo apresenta a composição das obrigações trabalhistas nas datas especificadas.

	Controladora e Consolidado	
	Saldo em 31/12/2023	Amortização
Salários a pagar	244	252
Provisão de prêmios a pagar	13.580	13.020
Provisão de férias e 13º salário	11.842	9.759
Provisão de encargos a recolher	11.824	9.748
<b>Total</b>	<b>37.490</b>	<b>32.779</b>

17. Obrigações fiscais: O quadro abaixo apresenta a composição dos tributos a pagar nas datas especificadas.

	Controladora e Consolidado	
	Saldo em 31/12/2023	Amortização
CSLL	-	9.323
Contribuição social a recolher	-	9.323
IRRF	5.269	4.984
PIS/COFINS/CSLL	2.723	7.448
ICMS	15.149	2.612
Royalties	4.022	4.160
Outros tributos	174	2.200
<b>Outros tributos a recolher</b>	<b>27.337</b>	<b>21.404</b>
<b>Total</b>	<b>27.337</b>	<b>30.727</b>

18. Debêntures: 18.1. Composição do saldo das debêntures:

Composição	Controladora e Consolidado					
	Custo e prêmio a amortizar	Juros	Variação cambial	Sub-total	Swap	Total
1ª emissão	420.703	(5.795)	1.896	70.345	487.149	61.683
2ª emissão	125.0					



continuação

**Origem Energia Alagoas S.A. | CNPJ.: 34.186.669/0001-31**

o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação

do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 27 de março de 2025. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. CRC- SP-015199/F. Roberto Cesar Andrade dos Santos - Contador CRC - 1RJ 093.771/O.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>